



Assembleia Municipal de Chamusca
Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

ATA Nº 4/2026 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAMUSCA,
REALIZADA NO DIA 29-04-2026, NO SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO
CONCELHO, NA CHAMUSCA

--**PRESENÇAS:** -----
--**Assembleia Municipal** -----
----**Bancada do Partido Socialista doravante PS:** -----
--Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Miguel Alves Pereira Marques; -----
--Primeiro Secretário, Cláudia Sofia Ventura Salvaterra; -----
--Segundo Secretário, Pedro Miguel Martins Braz; -----
--Ricardo Manuel Carvalho de Sousa; -----
--Catarina Sofia Lopes Simão; -----
--Miguel Ângelo Morgado Ferreira Garriapa da Silva; -----
--João Manuel dos Santos Rodrigues; -----
--Vasco Miguel Cordeiro Lopes (Presidente da União de Freguesias da Parreira e Chouto); -----
--Mário João Amaro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Ulme); -----
--Joana Andreia das Neves Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos); -----
----**Bancada do Movimento Independente Primeiro a Nossa Terra, doravante PNT:** --
--António José Braz Diniz; -----
--Paula Maria Garcia Monteiro; -----
--Nuno Gabriel Messias de Almeida; -----
--Anabela da Conceição Gonçalves; -----
--Jorge Manuel da Silva Santos (Presidente da União de Freguesias da Chamusca e



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

Pinheiro Grande); -----

----**Bancada do Partido Chega:** -----

--Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota; -----

--Íris Ascensão de Matos Joaquim; -----

----**Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU”:** ---

--Ana Filipa Vicente Nunes; -----

----**Bancada da “Coligação Chamusca Concelho com Futuro” – PPD/PSD – CDS-PP, doravante Coligação “Chamusca Concelho com Futuro”:** -----

--Paulo Jorge Batista da Silva Leitão; -----

----**Bancada do “Movimento Presente” doravante MP:** -----

--Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado. -----

----**Câmara Municipal:** -----

--Presidente da Câmara Municipal, Nuno Jorge Lino Mira; -----

--Vereadores: -----

--Rui Miguel de Azevedo Martinho; -----

--Rui Filipe Rodrigues Ferreira; -----

--João Nuno da Costa e Santos; -----

--Lisete Maria Lopes Fidalgo. -----

--SECRETARIOU: -----

--A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Cláudia Sofia Ventura Salvaterra. ----

--A Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal, remetida a todos os Eleitos em 22 de abril de 2026, nos termos da alínea c) do artigo 29.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi a seguinte:: -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

-----DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO-----

--1. Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----

-----DOCUMENTOS PARA APROVAÇÃO-----

--2. Documentos de Prestação de Contas 2025 -----

--3. Aplicação do resultado líquido do exercício de 2025 -----

--4. Mapa de pessoal 2026 - 1.ª alteração -----

--5. Alteração da composição do júri do procedimento concursal de recrutamento para cargo de direção de 2º grau – Chefe de Divisão de Administração e Finanças; -----

--6. Extensão de Saúde da Freguesia do Chouto - Autorização e aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira a celebrar com a União de Freguesias da Parreira e Chouto; -----

--7. "Apoio às marchas populares 2026" / Carregueira – autorização e aprovação de minuta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregueira; -----

--8. Comissão Municipal de Trânsito - Designação de representante da Assembleia Municipal. -----

--9. 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026. -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia-----

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, saudando os presentes e todos os que, eventualmente, acompanham os trabalhos por via online, iniciou a sessão comunicando a falta devidamente justificada do Senhor Deputado João José Delgado, bem como a respetiva substituição pelo Senhor Deputado António José Braz Diniz, do



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

PNT. -----

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, recordando que, nos termos do Regimento, este dispõe de um tempo máximo de 30 minutos, a distribuir proporcionalmente pela representatividade dos grupos municipais. -----

--Apelou à responsabilidade de todos na gestão dos tempos de intervenção, sublinhando a importância do cumprimento do Regimento para o bom funcionamento dos trabalhos, advertindo ainda que a Mesa atuará em conformidade perante eventuais incumprimentos. -----

--Assim deu a palavra ao Senhor Deputado do PS, Ricardo Manuel Carvalho de Sousa, que apresentou a seguinte Moção: -----

-----"Comemoração do 1.º de Maio | Dia Internacional do Trabalhador -----

--O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é uma data maior da democracia e da justiça social, profundamente enraizada na história da luta coletiva pela dignidade no trabalho, pela liberdade, por direitos laborais justos e por melhores condições de vida para todos. -----

--Assinalar esta data é honrar gerações de trabalhadores que, com coragem, determinação e sentido de solidariedade, contribuíram para conquistas fundamentais como o direito ao trabalho com dignidade, a limitação dos horários laborais, o descanso, a proteção social, a contratação coletiva, salários mais justos e a valorização da pessoa humana enquanto pilar essencial da sociedade. -----

--Em Portugal, o 1.º de Maio assume também um significado particularmente simbólico, intimamente ligado aos valores de Abril, à liberdade conquistada e à construção de um país mais justo, mais solidário e mais democrático. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--Num momento em que o Governo anuncia uma revisão ao Código do Trabalho, importa reafirmar, com clareza, que os direitos laborais conquistados ao longo de décadas não podem ser fragilizados. Qualquer revisão legislativa deve representar um avanço efetivo na proteção dos trabalhadores, na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar, na valorização salarial e no combate à precariedade, nunca um retrocesso ou uma diminuição de direitos. -----

--Persistem desafios significativos que exigem atenção e ação: vínculos precários, desigualdades salariais, instabilidade profissional, dificuldades no acesso à habitação, aumento do custo de vida e desafios acrescidos para os jovens, para as famílias e para aqueles que diariamente trabalham para garantir o funcionamento da nossa sociedade. -----

--Também ao nível local, é essencial continuar a promover políticas de desenvolvimento económico sustentável, criação de emprego de qualidade, valorização dos trabalhadores, apoio às famílias e fortalecimento da coesão social, reconhecendo que comunidades mais fortes se constroem com trabalho digno, oportunidades e justiça social. -----

--Assim, a Assembleia Municipal da Chamusca, reunida em sessão, assinala o 1.º de Maio com profundo respeito por todos as trabalhadoras e trabalhadores, reconhecendo o seu papel insubstituível no progresso do concelho, da região e do país. -----

--Reafirma igualmente o seu compromisso com a defesa dos direitos laborais, com a promoção de condições de vida mais dignas, com o desenvolvimento do concelho e com a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e solidária, onde o trabalho continue a ser sinónimo de dignidade, progresso e esperança.” -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Deputada da CDU, que apresentou a moção abaixo transcrita: -----

--"50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026) -----

--A Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, cujos 50 anos comemoramos, constitui um momento determinante da consolidação da democracia portuguesa. -----

--A Constituição consagra Portugal como um Estado de direito democrático, traduzindo os anseios e as conquistas de Abril e consagrando um vasto conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. -----

--A igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a não discriminação, as liberdades de expressão, reunião, manifestação e associação, a liberdade sindical e o direito à greve, bem como os direitos à saúde, à educação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e ao desporto, constituem pilares essenciais da democracia portuguesa. -----

--No mesmo ano, a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas representou uma das mais profundas conquistas de Abril: o nascimento do Poder Local Democrático, constitucionalmente consagrado, plural e participado, dotado de autonomia administrativa e financeira e instrumento essencial de proximidade às populações. -----

--Ao longo de cinco décadas, o Poder Local Democrático foi decisivo na transformação económica, social e cultural do País e na melhoria das condições de



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

vida das populações, através da criação de infraestruturas, equipamentos coletivos, redes básicas de saneamento, abastecimento de água, transportes, escolas, espaços verdes e serviços essenciais. Em muitos territórios, havia praticamente tudo por fazer, e foram as autarquias locais, com os seus eleitos e com a participação das populações, que responderam a necessidades fundamentais, chegando mesmo a ultrapassar as suas competências e meios disponíveis. -----

--Contudo, também o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia e capacidade de intervenção, seja através do subfinanciamento, de alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias, da transferência de encargos sem os correspondentes meios, do adiamento da regionalização prevista na Constituição ou de processos de extinção e fusão de freguesias contra a vontade das populações. -----

--Assinalar os 50 anos da Constituição e do Poder Local Democrático é reafirmar a importância do projeto democrático e social de Abril, valorizar o papel das autarquias locais e reforçar o compromisso com a participação popular e com o desenvolvimento equilibrado do território. -----

--Num tempo em que se intensificam ataques ao regime democrático e se procuram impor retrocessos nos direitos sociais e laborais, esta comemoração assume ainda maior importância como afirmação dos valores democráticos e como exigência de cumprimento da Constituição. -----

--Assim, a Assembleia Municipal da Chamusca, reunida a 29 de abril de 2026, delibera: -----

-- - Saudar os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e do Poder Local Democrático; -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

-- - Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local; -----

-- - Reafirmar a necessidade do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, enquanto garante de direitos, liberdades e garantias; -----

-- - Reafirmar a importância do reforço e do respeito pela autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, dotando-as dos meios necessários para responder eficazmente às necessidades das populações; -----

-- - Inscrever a concretização da regionalização como elemento essencial para o desenvolvimento e progresso locais e a defesa da autonomia local, cumprindo o que a Constituição da República Portuguesa consagra.” -----

--Colocada á votação a Moção foi aprovada por maioria com 5 abstenções (duas do Partido Chega e três do PNT). -----

--Pela bancada do Partido Chega, o Senhor Deputado Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota proferiu uma Moção de Protesto: -----

--"Incumprimento do Protocolo Oficial dos Símbolos Nacionais nas Comemorações do 25 de Abril -----

--Considerando que: -----

--• A Bandeira Nacional e o Hino Nacional são símbolos da soberania, da independência e da unidade de Portugal, devendo ser tratados com a dignidade e o respeito que a Constituição e a lei lhes conferem. -----

--• Nos termos do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/87, o Hino Nacional, “A Portuguesa”, deve ser executado em cerimónias oficiais, civis ou militares, em que seja prestada homenagem à Bandeira Nacional. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--• A cerimónia do hastear da Bandeira num edifício público, integrada nas comemorações oficiais do 25 de Abril, constitui um ato de elevada solenidade institucional. -----

--• No decurso da referida cerimónia realizada nesta autarquia, o hastear da Bandeira foi acompanhado pela canção “Grândola, Vila Morena”. -----

--• Embora a referida obra musical possua um valor histórico e cultural inegável no contexto da Revolução dos Cravos, a mesma não substitui, sob qualquer pretexto legal ou protocolar, o Hino Nacional em atos oficiais de homenagem aos símbolos soberanos. -----

--Considerando ainda que: -----

--• A substituição do Hino Nacional por qualquer outra composição musical num ato oficial configura uma falha grave de protocolo e um desrespeito pelas normas que regem a utilização dos símbolos nacionais. -----

--• É dever dos órgãos autárquicos zelar pelo cumprimento do ordenamento jurídico e pelo prestígio das instituições que representam. -----

--Nestes termos, o Grupo Parlamentar Municipal do Chega, solicita à Assembleia Municipal, reunida em 29 de Abril de 2026, que delibere: -----

--• Manifestar o seu mais profundo reparo e censura à forma como decorreu o hastear da Bandeira Nacional nas comemorações do 25 de Abril, pela ausência da execução do Hino Nacional conforme legalmente estipulado. -----

--• Instar o Executivo Municipal a garantir que, em futuras cerimónias oficiais, sejam rigorosamente cumpridas as normas protocolares relativas aos símbolos da República Portuguesa. -----

--• Enviar cópia desta moção ao Gabinete do Presidente da Câmara e aos serviços



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

responsáveis pela organização do evento.” -----

--A presente moção foi rejeitada com treze votos contra (dez do PS, um da Coligação Chamusca com Futuro, um da CDU e um do MP) três abstenções do PNT e quatro votos a favor (dois do PNT e dois do Partido Chega). -----

--No seguimento dos trabalhos, pela bancada do Partido Chega, o Senhor Deputado voltou a intervir, expondo a moção que se transcreve: -----

-----"Aos Antigos Combatentes -----

-----Exposição de motivos -----

--No passado dia 9 de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em 1918, e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional. -----

--Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar. --

--Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático. -----

--Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido. -----

--Também no concelho de Chamusca residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Chamusca, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço. -----

--Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal. -----

--Assim, a Assembleia Municipal de Chamusca reunida em sessão plenária de 29 de abril de 2026: -----

--1 – Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever; -----

--2 – Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação; -----

--3 – Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado; -----

--4 – Saúda a Assembleia Municipal de Chamusca pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos Antigos Combatentes residentes no concelho.” -----

--A Assembleia Municipal deliberou aprovar a moção em causa, por maioria, com uma abstenção da bancada da CDU. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--O Deputado António José Braz Dinis, do PNT, tomou a palavra e submeteu à apreciação da Assembleia a moção que se segue: -----

-----"Valorizar a Semana da Ascensão -----

--Pela valorização da Semana da Ascensão como afirmação da identidade, da autoestima coletiva e do orgulho de ser chamusquense. -----

--A Assembleia Municipal da Chamusca reconhece a Semana da Ascensão como o maior evento do concelho e um dos momentos mais marcantes da vida coletiva local, reunindo durante vários dias tradições, cultura, fé, gastronomia, associativismo e convívio intergeracional. -----

--A Semana da Ascensão não é apenas uma festa no calendário baseada num conjunto de artistas; é e tem que ser uma manifestação viva da identidade do concelho, profundamente ligada às suas raízes agrícolas, às tradições ribatejanas e a símbolos distintivos como a Apanha da Espiga, a Missa e Bênção dos Bens da Terra e dos Animais, bem como a tradicional Entrada de Toiros. -----

--Num tempo em que muitos territórios do interior enfrentam desafios de despovoamento, envelhecimento, perda de massa crítica e enfraquecimento do sentimento de pertença, importa afirmar que a autoestima coletiva também se constrói a partir da memória, da cultura e da capacidade de uma comunidade se reconhecer no seu próprio valor. -----

--A Semana da Ascensão deve, por isso, ser entendida não apenas como cartaz festivo, mas como uma oportunidade estratégica para reforçar o orgulho dos naturais, dos residentes e de todos quantos mantêm uma ligação afetiva à Chamusca, projetando uma imagem positiva do concelho, da sua história e do seu potencial humano, económico e cultural, uma aposta clara no turismo cultural e de



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

experiência onde quem não conhece a Ascensão deve vir conhecer, passar bons momentos e ficar com uma imagem marcante para a sua vida. -----

--Valorizar esta celebração é também valorizar o mundo rural, as coletividades, os agentes económicos, os produtores locais, os artesãos, a gastronomia, os costumes e as expressões culturais que fazem do concelho da Chamusca uma terra com identidade própria e com capacidade para se afirmar no plano regional e nacional, identidade essa que não se pode perder por derivas urbano depressivas. É preciso que a Semana da Ascensão seja um grande elemento catalisador da economia, atraindo visitantes não pelos concertos, mas pelo conceito da festa tradicional, pela genuinidade, pelo acolhimento, pela diferenciação gastronómica, pela diferenciação cultural, pela capacidade de criar experiências memoráveis. -----

--Assim, a Assembleia Municipal da Chamusca, reunida em sessão, delibera: -----

-- • Aclamar a Semana da Ascensão como expressão maior da identidade, da história e da cultura do concelho da Chamusca. -----

-- • Reconhecer o papel desta celebração no reforço da autoestima dos naturais e residentes, promovendo o sentimento de pertença, de continuidade entre gerações e de orgulho coletivo no território. -----

-- • Afirmar a identidade turística, cultural e de experiência promovendo o concelho além-fronteiras, com conceito bem definido e promovendo experiência memoráveis. -----

-- • Incentivar o Município, as juntas de freguesia, o movimento associativo, as escolas, os agentes culturais e económicos e toda a comunidade a continuarem a valorizar a Semana da Ascensão como espaço de afirmação do concelho da Chamusca e da sua genuinidade. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

-- • Defender que esta celebração seja cada vez mais mobilizadora da comunidade local, envolvendo jovens, famílias, seniores, coletividades e agentes económicos, para que dela resulte não apenas animação, mas também coesão social, dinamização económica e reforço da confiança no futuro do concelho. -----

-- • Defender uma maior participação ativa do povo chamusquense, no incentivo às tertúlias, às pequenas comunidades, ao genuíno Ribatejo, à tipicidade gastronómica, à amizade. -----

-- • Promover a valorização cultural e literária através de poetas e poetisas que voltem a criar, como no passado, as nossas marcas identitárias que nos alimentarão o futuro.” -----

-- Submetida à votação, a moção foi aprovada por unanimidade. -----

--Prosseguindo a sua intervenção, o Deputado expôs a proposta que se segue: -----

-----“Proposta -----

--Pela alteração do local de realização das sessões da Assembleia Municipal da Chamusca -----

--A Assembleia Municipal da Chamusca é um órgão deliberativo cujas sessões são públicas, devendo ser asseguradas condições adequadas de acesso, participação e acompanhamento por parte dos cidadãos interessados. A lei determina ainda que deve ser dada publicidade às sessões com indicação do respetivo local, o que evidencia a relevância do espaço físico escolhido para o regular funcionamento dos trabalhos e para a participação do público. -----

--O Movimento Primeiro a Nossa Terra entende que o atual local de realização das sessões da Assembleia Municipal, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal da Chamusca, não reúne as condições adequadas, quer para o exercício pleno das



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

funções dos deputados municipais, quer para o acolhimento digno, confortável e funcional do público que pretende assistir às reuniões. -----

--Entre as principais limitações sentidas contam-se a insuficiência do espaço disponível, o desconforto para os membros da Assembleia e para os cidadãos presentes, as limitações de visibilidade e audição, bem como a reduzida capacidade de acolhimento, fatores que não favorecem nem a solenidade do órgão nem a proximidade democrática que deve caracterizar o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

--A natureza pública das sessões da Assembleia Municipal exige que o local escolhido promova a transparência, a participação cívica e o respeito institucional devido ao órgão deliberativo do Município. Sendo que o espaço habitual não garante essas condições com a qualidade desejável, deve ser ponderada a adoção de solução alternativa que melhor sirva os interesses do órgão, dos seus membros e da população. -----

--Nesse sentido, considera-se que deverá ser equacionada a transferência das sessões da Assembleia Municipal para um novo local a designar, sendo desde já apontado, como hipótese preferencial de trabalho, o edifício do Centro de Artesanato, caso se confirme a sua adequação em termos de espaço, acessibilidade, condições técnicas, comodidade, segurança e dignidade institucional. -----

--Assim, a Assembleia Municipal da Chamusca, reunida em sessão, delibera: -----

-- • Que a Mesa da Assembleia Municipal promova a avaliação das condições do atual local de realização das sessões da Assembleia Municipal, designadamente quanto à capacidade, conforto, acessibilidade, visibilidade, audição e acolhimento do público. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

-- • **Alteração atual do local onde se realizam as sessões da Assembleia Municipal, passando estas a ocorrer em espaço alternativo que garantam melhores condições de funcionamento do órgão deliberativo e de participação do público.** -----

-- • **Que seja estudada com prioridade a possibilidade de utilização do edifício do Centro de Artesanato como novo local para a realização das sessões da Assembleia Municipal, sem prejuízo da ponderação de outras soluções que venham a revelar-se mais adequadas.** -----

-- • **Solicitar que, após essa avaliação, seja apresentada à Assembleia Municipal uma proposta concreta sobre o novo local de funcionamento das sessões, com a respetiva fundamentação técnica, funcional e institucional.”** -----

--A proposta foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor (cinco do PNT, um do PS e um do MP, dois do Partido Chega e um da Coligação Chamusca Concelho com Futuro), dez abstenções (9 do PS e uma da CDU). -----

--O Senhor Deputado Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado do M.P. referiu que a proposta do PNT já havia sido apresentada em sede de Comissão de Líderes, tendo obtido concordância quanto ao início do processo de descentralização das Assembleias Municipais no Concelho da Chamusca. Mais referiu que o território dispõe, atualmente, de condições suficientes para assegurar as transmissões, tendo sido reiterado o entendimento já alcançado em Conferência de Líderes. -----

--Esclareceu o Senhor Deputado Ricardo Manuel Carvalho de Sousa, do PS, que, em Conferência de Líderes, o que havia sido decidido não correspondia ao teor da presente proposta, uma vez que esta prevê um local específico, enquanto na Conferência de Líderes se tinha acordado a realização das reuniões em várias freguesias. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--Pela bancada da CDU, a Senhora Deputada Ana Filipa Vicente Nunes colocou questões relativas aos valores associados à reparação dos estragos causados pela intempérie, designadamente entre o montante divulgado na comunicação social e os cálculos do Município, questionando a estratégia para resposta às necessidades do concelho. -----

--Questionou ainda os danos provocados pelo mau tempo na freguesia de Vale de Cavalos, na zona do Caniço, nomeadamente a recuperação de habitações e a reposição das comunicações, bem como as diligências do Município. -----

--Por fim, solicitou esclarecimentos sobre o estado do talude da Ponte da Chamusca e sobre intervenções em diversas vias do concelho. -----

--O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o valor associado ao contrato-programa com a APA é de cerca de 736.200€, inserido num conjunto de intervenções em linhas de água, estando prevista a celebração de novos contratos-programa para outras situações. Referiu ainda que o Município apresentou um levantamento global de prejuízos na ordem dos 11 milhões de euros, tendo já recebido cerca de 500.000€ da DGAL, aguardando-se reforço de apoio financeiro. -----

--Quanto às telecomunicações, salientou a inexistência de interlocutor direto com as entidades privadas, mantendo-se o problema apesar das diligências do Município. ----

--Relativamente às infraestruturas rodoviárias e obras, informou que estão em curso ou em fase de concurso intervenções no Vale de Flores, Gorjão e Pontão D. Manuel I, bem como diligências relativas à Ponte das Palhas, ainda em fase de análise técnica. -

--No que respeita ao talude da Ponte da Chamusca e à EN118, referiu articulação com as Infraestruturas de Portugal, estando prevista intervenção na EN118 no mês de junho. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--Acrescentou que o Município continua a desenvolver intervenções em várias vias do concelho, salientando que os constrangimentos administrativos e a escassez de empresas de construção têm condicionado a rapidez da sua execução. -----

-- Quanto à zona da Caniceira, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, Joana Andreia das Neves Gonçalves, do PS, esclareceu que esta foi uma das áreas mais afetadas pela intempérie, encontrando-se em curso intervenções no muro do Campo da Bola, com o apoio do Município. Referiu ainda que o Município assegurou o corte das árvores e a remoção das raízes de maior dimensão, acrescentando que duas habitações já se encontram reabilitadas, estando as restantes previstas para intervenção pela Junta de Freguesia. -----

--O Senhor Deputado Nuno Gabriel Messias de Almeida, do PNT, referiu que a sua Bancada havia remetido ao Senhor Presidente, no passado dia 3 de abril, dois requerimentos relativos às empresas Termo Green e Resitejo, questionando para quando se prevê a respetiva resposta, dada a relevância dos assuntos para o concelho. -----

--Relativamente à Termo Green, informou ainda que o PNT fez chegar ao Executivo um parecer da Associação ZERO, através dos seus vereadores, questionando o ponto de situação da análise do referido documento pelos serviços municipais. Reafirmou a posição do partido em defesa de soluções sustentáveis para a gestão de resíduos e manifestou oposição a projetos de incineração no concelho. -----

--O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a informação solicitada relativamente à Resitejo foi apreciada pelo respetivo Conselho de Administração, prevendo-se o envio da resposta em breve, acrescentando que a resposta relativa à Termo Green será remetida conjuntamente. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--Quanto ao parecer da Associação ZERO, esclareceu que o Município já se pronunciou no âmbito do processo de consulta respetivo, não considerando adequado nem necessário emitir parecer sobre a posição assumida por uma entidade independente, respeitando os pareceres emitidos pelas diversas entidades intervenientes. -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

--1. Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----

--No âmbito do Relatório de Atividades, o Senhor Presidente da Câmara Municipal destacou os principais indicadores financeiros do Município, referindo os níveis de execução orçamental e o montante de empréstimos ainda por amortizar. -----

--Informou ainda sobre as reuniões realizadas com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação e com as Infraestruturas de Portugal, destacando o lançamento do concurso para a elaboração do estudo e projeto de conclusão do IC3, considerado uma infraestrutura estratégica para o concelho. -----

--Questionado o Plenário sobre a existência de intervenções, usou da palavra a Senhora Deputada Ana Filipa Nunes, da CDU, que formulou questões relativas ao relatório, nomeadamente: -----

--Ponto de situação do PDM relativamente à ampliação da ERPI do CASC do Chouto; ponto de situação da obra de requalificação das Piscinas Municipais, bem como previsão de conclusão e inauguração; e abertura ao público do Arquivo Municipal, atendendo a que a obra se encontra concluída. -----

--No âmbito do Ambiente, Energia e Serviços Urbanos, questionou a situação de eventuais derrames de águas contaminadas no Eco Parque (Fase I), o respetivo encaminhamento para a APA e o SEPNA e as respostas destas entidades, bem como



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

os resultados do plano de monitorização da qualidade da água subterrânea no Campo da Carregueira. -----

--Por fim, questionou a situação da degradação do piso rodoviário na sequência de intervenções das Águas do Ribatejo, designadamente o levantamento das vias afetadas e os moldes previstos para a sua reabilitação. -----

--Respondendo às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, relativamente à ampliação da ERPI do CASC do Chouto, foi encontrada solução técnica em articulação com a CCDR, não existindo impedimentos à sua concretização. -----

--Quanto às Piscinas Municipais, esclareceu que a fase 2 da empreitada implica reforço energético e ligação entre fases, prevendo-se a sua conclusão e abertura apenas em 2027. -----

--Relativamente ao Arquivo Municipal, informou que a obra foi concluída, encontrando-se em curso o tratamento e organização do acervo para instalação e futura abertura ao público. -----

--No que respeita às intervenções no piso rodoviário, referiu que as reposições são da responsabilidade da Águas do Ribatejo, não sendo possível indicar prazos concretos. -

--Por fim, quanto ao derrame no Parque do Relvão, informou que a situação foi comunicada à APA e ao SEPNA, estando a ser acompanhada pelas entidades competentes. -----

--Pelo Partido Chega, o Senhor Deputado Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota, no âmbito da discussão sobre as Piscinas Municipais, questionou se está prevista a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do edifício, visando a sua autossuficiência energética. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--Suscitou ainda a questão da eventual inclusão de soluções de estacionamento no projeto, referindo tratar-se de uma infraestrutura de grande dimensão e salientando as atuais carências nessa matéria na zona envolvente. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, relativamente aos painéis fotovoltaicos, não podendo confirmar de forma absoluta, admite que possa estar prevista a sua instalação parcial na cobertura do edifício. -----

--Referiu que o projeto em causa visa apenas a fase 2 da piscina (piscina interior), não existindo ainda projetos para estacionamento, arranjos exteriores ou para a fase 3 (piscina exterior), tendo determinado aos serviços o início da preparação desses projetos. -----

-----DOCUMENTOS PARA APROVAÇÃO-----

--2. Documentos de Prestação de Contas de 2025; -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no quadro da prestação de contas de 2025, apresentou os principais indicadores financeiros, referindo que o orçamento previa receitas no valor de 26.482.435,40€, tendo sido cobrados 21.795.649,87€, o que corresponde a um grau de execução de cerca de 82%. -----

--No que respeita à despesa, a previsão orçamental foi igualmente de 26.482.435,40€, tendo sido executados 19.127.157,61€, correspondendo a uma execução de cerca de 72%. -----

--Relativamente às Grandes Opções do Plano, referiu uma previsão de 13.740.574,51 € e uma execução de 8.935.892,00 €, o que representa um grau de execução de cerca de 65%. -----

--Nada surgindo os documentos da Prestação de Contas foram aprovados por maioria, com seis abstenções (uma da CDU e cinco do PNT) e catorze votos a favor



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

dos restantes eleitos. -----

--3. Aplicação do resultado líquido do exercício de 2025; -----

--Nada surgindo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que o resultado líquido do exercício de 2025 seja transferido para a conta de Resultados Transitados. -----

--4. Mapa de Pessoal – 1º Alteração 2026; -----

--O Senhor Presidente da Câmara informou que, relativamente ao último mapa de pessoal aprovado, se propõe a extinção e criação de alguns postos de trabalho, bem como outras alterações decorrentes da gestão de recursos humanos, designadamente aposentações, com vista à adequação do mapa de pessoal às necessidades do Município. -----

--A Senhora Deputada Anabela da Conceição Gonçalves, do PNT, questionou a fundamentação da proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2026, designadamente quanto às necessidades dos serviços, às competências em défice e à criação de novos postos de trabalho face às vagas existentes. Considerando insuficiente a informação apresentada, informou que a sua bancada se absteria na votação e solicitou o envio da lista dos trabalhadores em regime de jornada contínua.

--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as alterações propostas ao mapa de pessoal decorrem das necessidades correntes dos serviços municipais, designadamente de situações de mobilidade de trabalhadores, necessidades identificadas pelos responsáveis das unidades orgânicas, atualização de áreas específicas como o património municipal e substituição de trabalhadores que se reformaram ou se encontram em vias de aposentação. -----

--Referiu ainda que alguns postos de trabalho são mantidos por corresponderem a



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

necessidades futuras já identificadas, nomeadamente no âmbito do Arquivo Municipal, do Centro de Recolha Oficial de Animais e dos serviços operacionais do Município. Acrescentou que se encontram igualmente a decorrer procedimentos concursais destinados a assegurar a substituição e reforço de recursos humanos em diversas áreas. -----

--Concluiu afirmando que as alterações propostas visam assegurar o normal funcionamento dos serviços municipais e responder às necessidades atuais e futuras do Município. -----

--Em resposta, a Senhora Deputada Anabela Conceição referiu que vive no concelho da Chamusca, pelo que não necessita de consultar os mapas de pessoal de outros municípios para fundamentar a sua posição. -----

--Nada mais ocorrendo, a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 foi aprovada por maioria, com nove abstenções (uma da CDU, cinco do PNT, uma da Coligação “Chamusca Concelho com Futuro” e duas do Partido Chega). -----

--5. Alteração da composição do júri do procedimento concursal de recrutamento para cargo de direção de 2º grau – Chefe de Divisão de Administração e Finanças; ----

--Não tendo suscitado dúvidas nem quaisquer intervenções, a referida alteração foi aprovada por maioria, com sete abstenções (cinco do PNT e duas do Partido Chega).

--6. Extensão de Saúde da Freguesia do Chouto – Autorização e aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira a celebrar com a União de Freguesias da Parreira e Chouto; -----

--O Senhor Presidente da Câmara explicou que o protocolo é celebrado com a União de Freguesias da Parreira e Chouto, por se tratar de uma situação específica relativa às extensões de saúde, referindo que as instalações são propriedade do Município e



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

que a antiga extensão de saúde do Chouto deixou de funcionar, destinando-se o apoio a suportar os custos de manutenção e funcionamento do edifício. -----

-- Sem que tenham sido registadas intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o mencionado protocolo. -----

--7. "Apoio às marchas populares 2026" / Carregueira – Autorização e aprovação de minuta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregueira. -----

--À semelhança do anterior, também este protocolo foi aprovado por unanimidade, sem observações. -----

--8. Comissão Municipal de Trânsito – Designação de representante da Assembleia Municipal. -----

Após votação foi eleito para o referido cargo Ricardo Manuel Carvalho de Sousa, PS.

--O Senhor Presidente da Assembleia questionou as bancadas sobre a proposta de representantes. -----

--Foram apresentadas as candidaturas do Deputado Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota (Chega) e do Deputado Ricardo Manuel Carvalho de Sousa (PS), tendo-se procedido de imediato à votação por escrutínio secreto. -----

--Após apuramento dos votos, verificaram-se três votos em branco, quatro votos no Deputado Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota e treze votos no Deputado Ricardo Manuel Carvalho de Sousa. -----

--Ficou, assim, designado representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Trânsito o Deputado Ricardo Manuel Carvalho de Sousa. -----

--9. 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a presente revisão orçamental se deve essencialmente à inclusão de três verbas distintas: um contrato-programa com a APA, no valor de 736.200€, já anteriormente referido; uma transferência da Direção-Geral das Autarquias Locais, no montante de 524.020€, destinada a fazer face aos prejuízos decorrentes das sucessivas intempéries; e um contrato de cooperação interadministrativo para a realização de obras no Posto da GNR, no valor de 157.804,73€. -----

--Findo o esclarecimento, foi dada a palavra aos presentes, não se registando intervenções, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, A proposta foi aprovada por maioria, com três abstenções (uma da CDU e duas do Partido Chega). -----

--Terminado o período da ordem do dia, passou-se ao período de intervenção do público, tendo a Munícipe Isabel dos Santos questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre a eventual presença da Polícia Judiciária no Município para consulta de processos relacionados com a gestão do anterior Executivo. -----

--Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que a Polícia Judiciária esteve no Município da Chamusca a consultar documentação relativa à gestão anterior. -----

--A Munícipe Isabel dos Santos questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre a contratação dos artistas da Semana da Ascensão. -----

--O Senhor Presidente da Câmara referiu que a contratação foi realizada diretamente pelo Município, sem recurso a qualquer entidade intermediária. -----

--Isabel dos Santos, prosseguindo a sua intervenção, referiu a divulgação do cartaz da Semana da Ascensão, salientando que, no passado, o mesmo era divulgado mais



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

próximo da data do evento, o que, na sua opinião, dificultava a organização dos visitantes e a promoção do concelho. Destacou a importância de uma divulgação mais antecipada, de forma a melhorar a organização do evento e a sua capacidade de atrair público, tanto local como de fora do concelho. -----

--De seguida, abordou questões relacionadas com procedimentos concursais e com a necessidade de garantir rigor, isenção e transparência nos mesmos, referindo a sua experiência profissional no Município e a sua participação em diversos procedimentos ao longo do seu percurso laboral. Manifestou a sua opinião sobre práticas de gestão de recursos humanos em anterior executivo, referindo situações que, no seu entendimento, colocavam questões quanto à previsibilidade e transparência dos resultados. -----

--Abordou ainda aspetos relativos à gestão de anterior executivo, designadamente no que respeita a decisões de investimento municipal e à disponibilização de informação e documentação aos membros da Assembleia Municipal, referindo que, em algumas situações, a mesma era facultada em cima das reuniões, o que, na sua perspetiva, limitava a análise prévia dos assuntos. -----

--Por fim, colocou uma questão ao Senhor Presidente da Câmara sobre a aplicação de uma verba anteriormente destinada à requalificação dos balneários das Piscinas Municipais, solicitando esclarecimentos quanto ao destino e execução desse financiamento. -----

--O Senhor Presidente da Câmara referiu não dispor de elementos para responder à questão, uma vez que a mesma não se reporta ao seu mandato. -----

--Regista-se que a munícipe foi interrompida em mais do que uma ocasião pelo Deputado Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado (MP), o qual manifestou o seu



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 29/04/2026)

desagrado quanto às referências efetuadas, na qualidade de anterior Presidente do Executivo, tendo a situação culminado com a sua saída da sala. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio, apelando ao respeito no período de intervenção do público e à observância das normas de funcionamento da sessão, sublinhando que as intervenções devem ser devidamente ouvidas e restringir-se a matérias de interesse municipal, evitando apreciações de carácter pessoal ou ofensivas. -----

--O suporte digital da presente sessão, designada Sessão Ordinária de 29 de abril de 2026, encontra-se, como habitualmente, no Gabinete da Assembleia Municipal, para eventual consulta, servindo de apoio à presente ata, pelo que, em alguns casos, são apenas efetuadas referências sumárias às intervenções. -----

--Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente ata, aprovada em minuta para efeitos imediatos, a qual, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa e o Segundo-Secretário, passo a assinar. -----
